

Centralismo e desenvolvimentismo:

processos de institucionalização dos partidos marxistas brasileiros nos anos 1950

Mabelle Bandoli Dias

Resumo

Este artigo analisa os programas para o desenvolvimento nacional produzidos pelos partidos da extrema esquerda no Brasil durante a década de 1950: do Partido Comunista do Brasil (PCB), do Partido Operário Revolucionário (POR) e da Liga Socialista Independente (LSI). Tais programas foram comparados entre si em função de sua maior ou menor adesão ao ideário desenvolvimentista. Concluímos que, além de se remeterem às divergências entre as vertentes ideológicas às quais cada um deles se filiava, tais variações programáticas eram ligadas à própria organização dos partidos, correspondendo aos seus graus de institucionalização. As variáveis utilizadas para a mensuração dos diferentes graus de institucionalização foram: i) os níveis de *disciplinal democracia interna* – que resultavam da maior padronização dos processos decisórios, bem como da maior distribuição do poder organizativo entre seus membros; ii) os níveis de *autonomia organizativa* em relação a outras instituições partidárias. Este artigo se dedica à análise da primeira variável, concentrando-se no debate sobre as conformações institucionais que resultavam em maior ou menor grau de democracia interna. A pesquisa consistiu na comparação das diretrizes organizativas e ideológicas dos partidos, garimpadas nos discursos presentes em jornais e programas partidários, bem como entrevistas realizadas com alguns de seus membros mais importantes. As conclusões revelaram fortes correlações entre os níveis de institucionalização partidária e a conformação programática de cada uma dessas organizações.

Palavras-chave: partidos de extrema-esquerda; desenvolvimentismo; organizações partidárias; ideologia; institucionalização partidária.

Abstract

This article aims to present the main results of the survey carried out for the preparation of our dissertation. In that work, we analyzed the programs for national development produced by the parties of the extreme left in Brazil during the 1950s, namely the Communist Party of Brazil (PCB), the Revolutionary Workers Party (POR) and the Independent Socialist League (LSI). Such programs were compared on the basis of their degree of adherence to the developmentalist ideals. We conclude that, in addition to remitting the ideological differences between the strands to which each of them to become affiliated, such programmatic and ideological variations were linked to the very organization of parties, corresponding to their specific degree of party

Sobre a autora

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. E-mail: mabelle.bandoli2@gmail.com

institutionalization. The variables used for this measurement of different degrees of institutionalization, in that work were: i) the levels of discipline / internal democracy - which resulted from greater standardization of decision processes, as well as the largest distribution of power among organizational members, ii) levels of organizational autonomy in relation to other institutions partidárias. Este article is dedicated to the analysis of the first variable, focusing on the debate about institutional conformations that resulted in greater or lesser degree of internal democracy. The research was to compare the organizational and ideological guidelines of the parties, mined in the discourses present in newspapers and party programs as well as interviews with some of its most important members. The findings revealed a strong correlation between the levels of party institutionalization and programmatic conformation of each of these organizations. [you trocar; depois eu mando]

Keywords: parties of the extreme left; developmentalism; party organizations; ideology; party institutionalization.

Artigo recebido em 1º de abril de 2013; aceito para publicação em 14 de julho de 2013.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar os programas para o desenvolvimento nacional produzidos pelos partidos da extrema esquerda no Brasil durante a década de 1950, a saber: do Partido Comunista do Brasil (PCB), do Partido Operário Revolucionário (POR) e da Liga Socialista Independente (LSI). Tais programas foram comparados entre si em função de sua maior ou menor adesão ao ideário desenvolvimentista, mais especificamente ao conjunto de proposições que ficou conhecido como “modelo democrático-burguês” (MANTEGA, 1984). Tal modelo consistia, para Mantega, na versão marxista dos preceitos fundamentais do desenvolvimentismo, distinguindo-se do “Modelo de Substituição de Importações”, por exemplo, por sublinhar, junto às teses que pregavam a necessidade da promoção de uma industrialização de caráter nacional comandada pelo Estado, uma série de imperativos eminentemente políticos, como a consolidação do regime democrático no país. Entre os círculos intelectuais que formularam tal vertente, destacam-se aqueles ligados ao Partido Comunista do Brasil, principal organização partidária marxista da época.

Disputando as preferências da esquerda com o pensamento de [Celso] Furtado e seus seguidores, toma corpo uma corrente gestada pelos

intelectuais ligados ao PCB, que pretende formular uma abordagem marxista da realidade brasileira. Com base nas análises de Lênin sobre a Rússia czarista e em sua proposta de revolução democrático-burguesa, formulada em 1905, o PCB procurava aplicar no Brasil as teses da III Internacional para os países coloniais e atrasados, ressaltando o caráter semifeudal da agricultura brasileira, voltada para a exportação de produtos primários coloniais, que impedia a expansão das forças produtivas industriais. Daí a importância atribuída ao imperialismo enquanto principal inimigo do desenvolvimento da nação e aliado das forças mais retrógradas na manutenção do status quo semicolonial, e a necessidade da revolução democrático-burguesa. (MANTEGA, 1984, p.13).

Tais características gerais do “modelo democrático-burguês” nos apontam questões que instigam a comparação com os programas de outros partidos de orientação marxista. Por esse motivo, decidimos compará-las às formulações dos partidos pertencentes à chamada “oposição de esquerda”¹ – os trotskistas do Partido Operário Revolucionário e os luxemburgistas da Liga Socialista Independente.

Parece-nos fundamental ressaltar aqui a relação inextricável – especialmente para os partidos de orientação marxista – entre suas definições ideológicas e conformações organizativas. A questão central que norteou este trabalho se relaciona à significativa correlação entre o grau de adesão dos partidos analisados à ideologia desenvolvimentista e os níveis de institucionalização organizativa que atingiram.

Colocando a questão nos termos propostos por Panebianco (2005), apontamos que existiu uma ligação entre a capacidade dos partidos de esquerda de formar, naquele contexto, sua identidade ideológica com a eficiência de sua institucionalização, mensurada a partir de duas variáveis fundamentais: *i) os níveis de democracia partidária*, entendida como a forma de distribuição e exercício do poder decisório interno. É importante ressaltar que levamos em consideração, para a investigação dessa variável, a existência de mecanismos estáveis, em toda a estrutura partidária, que permitissem a participação constante e ativa dos militantes, em diferentes níveis, na definição dos rumos políticos e ideológicos dos partidos. Assim, tão importantes como os

1. A “Oposição de Esquerda” foi um movimento internacional criado em outubro de 1923 por dissidentes do PCUS – entre eles Trotsky – para se contrapor à política stalinista, sem abdicar da herança da Revolução Russa de 1917.

procedimentos para a escolha de lideranças internas (já que a seleção de candidatos a cargos eletivos, se não inexistente, era muito fortuita), mas também a possibilidade de participar dos círculos mais altos da decisão da agenda política, bem como de organizar, internamente, grupos de oposição e concorrência a tais espaços, mantendo-se um nível mínimo da estabilidade partidária; *ii) os níveis de autonomia organizativa* em relação a outras organizações partidárias do Brasil e do exterior. Discutiremos aqui somente os aspectos relativos à primeira variável, numa tentativa de concentrar nossos esforços na compreensão dos princípios fundamentais da organização do poder interno dos partidos da extrema esquerda.

Vale mencionar que a pesquisa revelou que os partidos que encontraram maiores obstáculos para a consolidação desses dois traços (que consideramos fundamentais na observação do processo de amadurecimento organizativo específico dos partidos clandestinos) foram justamente aqueles que contaram com recursos mais escassos para a formulação de programas de oposição originais, o que se traduziu, em ampla medida, em maior adesão às propostas políticas “oficiais”, alinhadas à ideologia desenvolvimentista propagada por governos e altos círculos intelectuais.

Dessa forma, além de trabalharmos com algumas das categorias sugeridas por Panebianco - especificamente aquelas que parecem, a nosso ver, adaptar-se melhor à análise de partidos clandestinos e com pouquíssima relação com o sistema eleitoral, como os aqui observados, encontramos nas propostas de Maurice Duverger (1987) alguns conceitos bastante úteis para o debate. Entre os diversos méritos de sua obra, encontramos, na análise dos organismos de base do partido, uma contribuição de extrema importância para a compreensão da questão que é o objetivo deste trabalho. A organização da base dos partidos em forma de células, sua relação com as instâncias superiores, suas atribuições e poderes são um bom indicativo dos níveis de democracia interna.

A escolha da célula como base de organização ocasiona, portanto, uma evolução profunda na própria noção de partido político. Em vez de um órgão destinado à conquista de sufrágios, à união dos eleitores e à manutenção do contato entre eles e os seus eleitores, este se torna um instrumento de agitação, de propaganda, de enquadramento, e eventualmente de ação clandestina, para o qual as eleições e os debates

parlamentares não passam de um meio de ação entre outros, e mesmo um meio secundário. (DUVERGER, 1987, p.71)

A análise dessas conformações, tal como definidas nos estatutos partidários fornece um bom mapa daquilo que Duverger chama de *repartição de poderes* (idem, p.88). Nos casos de ausência de estatutos oficiais, recorreremos a outras estratégias que nos possibilitaram preencher as lacunas nos dados e manter as condições minimamente necessárias ao estudo comparativo. A principal delas foi a recorrência a debates sobre princípios de organização partidária, realizados nos jornais publicados pelas organizações estudadas, e a entrevistas com seus ex-membros.

Nas sessões que seguem, procuramos apresentar as principais características dos partidos analisados, desde sua composição histórica, seus traços programáticos, sua inserção nos debates políticos mais candentes para o campo da esquerda da época e suas principais características organizativas. Procuramos apresentar, de forma simultânea, as mudanças e variações programáticas compiladas nos principais documentos partidários produzidos pelas agremiações na década 1950 (Programas de Partido, Resoluções Congressuais, textos para o debate ideológico escritos por seus militantes em seus jornais internos) e as definições organizativas e de regras institucionais, plasmadas nos Estatutos e documentos de consolidação dos princípios norteadores das organizações. Foram utilizados como fontes para essa análise todos os documentos produzidos na época e que se encontravam disponíveis para a consulta em arquivos públicos e na internet². A apresentação, nas sessões que seguem, das variações

-
2. Os documentos consultados de cada partido foram: 1) PCB – A resolução Política do IV Congresso do Partido bem como o Estatuto aprovado na mesma ocasião, em 1954; A “Declaração Sobre a Política do Partido Comunista do Brasil”, conhecida como “Declaração de Março de 1958”; A Resolução Política do V Congresso do PCB. 2) POR – O partido não contava com documentos oficiais para definição de programa ou estatutos. Foram trabalhadas todas as edições disponíveis do jornal “Frente Operária”, veículo central do partido, cobrindo todo o período. 3) LSI – O Projeto de Programa e Estatutos da Liga, elaborados e aprovados em 1956; Todos os números publicados do “Ação Socialista”, que cobrem o período de junho de 1958 ao final de 1960. Tais documentos se encontram disponíveis do Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp. Além disso, contamos também com informações disponibilizadas pelos ex-militantes dessas agremiações: Tullo Vigevani e Ruy Fausto, que atuaram no POR e Michael Löwy, que atuou na LSI, em entrevistas realizadas entre os dias 18 e 19 de abril de 2013.

ideológicas e organizativas, tem como objetivo proporcionar um vislumbre dos processos de transformação vividos pelas organizações, permitindo ao leitor perceber a coincidência temporal e as relações causais entre as mudanças programáticas e organizativas, oferecendo assim a fundamentação dos resultados apresentados na conclusão.

Iniciamos o debate com a análise do PCB, partido que, por ser o maior e mais estruturado da época, acabou cumprindo o papel de farol para os demais, ocupando um espaço de incontestável hegemonia e definindo os alicerces do campo da extrema esquerda. Os dois outros partidos não deixaram de ser avaliados de acordo com sua maior ou menor proximidade às proposições pecebistas, já que, em ampla medida, era com base nessas proposições que definiam sua própria identidade.

Nas conclusões, procuramos apresentar, a partir da comparação entre os resultados obtidos na observação de cada partido, sua localização no espectro de adesão à ideologia desenvolvimentista, em um gráfico no qual se estabelece uma relação entre adesão a tal ideário e o respectivo nível de democracia partidária.

I. O “modelo democrático-burguês” do PCB: centralismo stalinista e desenvolvimentismo de esquerda

Algumas das conjecturas teóricas que marcaram a política comunista nos anos 1950 de forma mais decisiva podem ser identificadas com o programa geral do desenvolvimentismo, que fora difundido como ideologia oficial dos governos que o elegeram como princípio norteador de suas ações mais relevantes. A crença no desenvolvimento gradual e inexorável do capitalismo em sentido à modernização da sociedade e na construção, por esta via, da revolução socialista se conjugou, no programa do PCB, à atribuição de um papel destacado à industrialização no processo de consolidação da democracia no Brasil.

A tese de que estaria se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que faria surgir um “capitalismo de Estado de caráter nacional e progressista” era amplamente defendida pelos comunistas. O protagonismo desse processo era naturalmente conferido à burguesia nacional, que estaria cada vez mais interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional. A política brasileira, impulsionada por um processo de industrialização que trataria de introduzir de uma vez o capitalismo no Brasil,

estaria caminhando – ainda que com alguns tropeços – rumo a uma irresistível ampliação da democracia. A tarefa de impulsionar a marcha do progresso se converteria na prioridade fundamental para os comunistas, que avaliavam que, em sua “etapa atual”, a revolução brasileira não seria socialista, mas “democrático-burguesa”.

Desde o ano de 1950, o PCB experimentava um período de endurecimento de sua linha política. Expressa no “Manifesto de 1950”, a orientação adotada pelo Partido era caracterizada por uma forte crítica à política adotada no período precedente ao ano de 1947, quando o governo Dutra o condena novamente à clandestinidade. Segundo José Antônio Segatto (1989), a cassação do registro legal provocou nos militantes comunistas um profundo descrédito no regime democrático, o que os levou a uma revisão radical de seus princípios. O período que ficou conhecido como o da “linha política mais radicalizada” teve seu primeiro esboço no “Manifesto de 1948”, e ganhou uma versão mais elaborada no “Manifesto de 1950”.

A elevação do “tom radicalizado” nos discursos do partido se adequava às diretrizes programáticas da política stalinista. Essa orientação levou o PCB a desdenhar, naquele momento, da democracia burguesa e das eleições como instrumento de transformação da realidade brasileira. Embora tenha optado por uma oposição “ferrenha” ao governo, o partido não conseguiu sustentar por muito tempo essa política. A linha que vinha sendo seguida desde 1947 não parece ter se formulado sobre bases que fossem sólidas o suficiente a ponto de fazê-la resistir aos impactos do suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. A comoção da população – que inclusive depredou as sedes de dois jornais ligados ao partido – levou os comunistas a rever rapidamente seu discurso, ainda que de forma tímida.

Em meio à tamanha pressão, o PCB começa a esboçar um caminho de importantes transformações, mas seus primeiros passos ainda não indicam mudanças mais profundas na estrutura de seu pensamento. Alguns meses depois do impacto do suicídio de Vargas, e ainda em meio à crise política vivida pelo país, o partido realizou seu IV Congresso, no qual a essência do “Manifesto de 1950” foi reafirmada. Em linhas gerais, a Resolução aprovada por unanimidade no IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro repetiu a caracterização do Brasil como um país totalmente subordinado ao imperialismo, que transformava sua economia em um “simplex apêndice da economia de guerra dos Estados Unidos”.

A postura crítica e de descrédito na política é a principal marca da resolução aprovada em novembro de 1954 no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil. O país, submetido economicamente ao imperialismo e abandonado aos interesses do setor agroexportador, não conseguiria garantir direitos políticos básicos à população, que se via constantemente governada por representantes das chamadas “forças retrógradas”, aliadas aos interesses dominantes. O povo brasileiro estaria submetido às piores condições de vida “em consequência da política de rapina dos monopólios norte-americanos e da dominação dos latifundiários e grandes capitalistas brasileiros”.

A submissão ao imperialismo levava à piora das condições de vida do povo brasileiro em geral. No quadro descrito pelos comunistas, as exigências colocadas pelo capital monopolista internacional à nossa economia tinham efeitos nefastos para os membros de todas as classes, que deviam reconhecer nele seu principal inimigo. Os efeitos da subordinação aos interesses externos percorriam a nação de modo geral, e deviam ser reconhecidos como fruto da ação de um inimigo comum.

O “governo de traição nacional” deveria ser derrubado e substituído por um governo capaz de “libertar o país do jugo imperialista”, representasse as “forças progressistas e antiimperialistas” e realizasse “as transformações democráticas radicais indispensáveis ao progresso da nação”. A democracia só poderia ser atingida com um governo composto por uma coalizão entre a classe operária, os camponeses, a intelectualidade, a pequena burguesia e elementos mais progressistas da burguesia nacional. A “causa da independência e do progresso” demandaria a defesa de bandeiras que se opusessem ao controle dos Estados Unidos sobre esferas estratégicas da vida nacional. Para colocar em prática essas propostas, a Resolução afirma que a atuação dentro dos marcos do “atual regime reacionário” seria insuficiente. Seria necessário forjar uma ampla frente única anticapitalista e antifeudal, a “frente democrática de libertação nacional”. Ironicamente, o tom radical que marca o discurso não acompanha as metas que o partido estabelece: ainda que sugerissem que o regime fosse determinado pelas contradições estruturais da sociedade brasileira, os comunistas não fazem mais que propor a substituição de um governo por outro (ainda que para isso fosse eventualmente necessário adotar táticas externas à legalidade).

Não obstante as continuidades que marcam a Resolução Política unanimemente aprovada na ocasião, a realização do IV Congresso acabou marcando o fim do “período radicalizado” do PCB. Abre-se um curso no qual a linha adotada pelos comunistas desde 1948-50 começa a apresentar seus primeiros sinais de mudança. Antes da reorientação programática oficial, as transformações se tornam perceptíveis no terreno da prática política e das alianças que os comunistas forjam no período. No entanto, a “linha política radical” não só foi oficialmente abjurada pelos comunistas depois do desenlace da crise internacional produzida pelas Resoluções do XX Congresso do PCUS em 1956³.

Após uma série de manobras e que redesenharam a composição da direção do partido, o novo Comitê Central, buscando recuperar sua legitimidade com o conjunto de militantes do partido, empreendeu um esforço de autocritica em relação às concepções e às políticas expressas no Manifesto de Agosto de 1950 e na Resolução do IV Congresso do PCB, procurando conciliar a manutenção da orientação stalinista com a reavaliação da realidade nacional e das táticas a serem promovidas na ação dos comunistas. Junto com essa autocritica, foram tomadas providências e feitas articulações para a elaboração da nova linha política que coadunasse com os novos princípios.

Redigiu-se um documento que ficou conhecido como a “Declaração de Março de 1958”. Segundo Márcio Kieller (2002), a Declaração seria “a gota d’água numa relação entre correntes do Comitê Central que disputavam desde o IV Congresso uma queda-de-braço para impor sua concepção de partido”. A “Declaração de março de 1958” foi um novo programa político, com análises e propostas que diferiam em muitos aspectos dos projetos “revolucionários” plasmados nos manifestos de 48 e 50 e na Resolução do IV Congresso do PCB.

O documento vê nos elementos do capitalismo em desenvolvimento no país os traços de um progresso que correspondia aos interesses

3. Na ocasião, o então Secretário Geral do PCUS, Nikita Krushev, leu o “relatório secreto” que denunciava o “culto à personalidade” de Stálin, além de fazer sérias acusações que trouxeram à tona o autoritarismo, o rompimento da “legalidade socialista”, as execuções de opositores e outros crimes que teriam marcado o regime stalinista.

do proletariado e de todo o povo brasileiro, já que ele sofria mais com o “atraso” do país do que com as contradições inerentes ao sistema capitalista. Tal atraso seria proveniente de sobrevivências de um passado baseado no latifúndio e em relações “pré-capitalistas” de trabalho, no predomínio maciço da produção agropecuária no conjunto da produção, na exportação de produtos agrícolas como eixo de toda a vida econômica nacional e da dependência em relação ao estrangeiro.

A Declaração descreve ainda um cenário no qual, apesar de tantas dificuldades, estaria se processando um desenvolvimento capitalista nacional, elemento progressista por excelência da economia brasileira. Esse desenvolvimento “inelutável” do capitalismo consistiria no incremento das forças produtivas e na expansão de novas relações – mais avançadas – de produção. O progresso e a industrialização se revelavam no aumento do número e do peso do proletariado na população, bem como pelo surgimento de uma burguesia nacional cada vez mais interessada no desenvolvimento independente e progressista da nossa economia.

O PCB define no documento os inimigos do progresso: para o partido, as chamadas sobrevivências feudais na agricultura e a dependência em relação ao imperialismo eram os grandes obstáculos colocados no caminho do pleno desenvolvimento da economia brasileira.

A Declaração pinta um cenário no qual a política brasileira, impulsionada por um processo de industrialização, estaria caminhando na linha do irrefreável processo de democratização política. Dessa vez, os comunistas afirmavam claramente que o governo nacionalista e democrático poderia ser conquistado dentro dos quadros do regime. A direção do PCB avaliava que existiam possibilidades reais de conduzir, por meios pacíficos, a “revolução antiimperialista e antifeudal” no país. Estava aberto o caminho para uma ação dentro da legalidade que pudesse estender os benefícios da constituição à maioria da população. O desenvolvimento da vida política nacional determinaria quais seriam as estratégias de luta por um governo nacionalista democrático, buscando sempre a via legal e pacífica de ação.

Seguindo essas instruções da direção, os membros do Partido Comunista Brasileiro deviam prepará-lo para se tornar “o instrumento adequado à execução vitoriosa da nova política”, a fim de

se depurar “de persistentes defeitos e adquirir qualidades novas”. Seria indispensável, portanto, que os comunistas privilegiassem sua unidade, abandonassem as disputas internas e dispusessem seus maiores esforços a serviço das massas. Abriu-se um período de crises e disputas entre correntes que visavam “conservar” a linha radical ou “renová-la” nos moldes da Declaração. Em 1962, esse processo culmina com a convocação, pelo grupo liderado pelos defensores do Programa aprovado no IV Congresso, de uma Conferência Extraordinária. Os “conservadores” abandonaram as fileiras do PCB (então Partido Comunista Brasileiro) e fundam o PC do B - Partido Comunista do Brasil.

Antes desse desfecho, a reviravolta programática provocou uma reorganização do poder interno no partido que merece ser analisada. Ainda nos Estatutos aprovados no IV Congresso de 1954, em suas primeiras definições mais importantes, apresentam-se as características do que Duverger (1987) considera ser a grande inovação dos partidos comunistas: a organização dos elementos de base em células.

Criadas pelo PC Russo, e impostas pela III Internacional desde 1924 aos demais partidos comunistas, as células seriam, para Duverger, a forma de organização mais adequada aos partidos clandestinos. Reunindo todos os membros do partido de um mesmo local de trabalho, ela beneficia a ação secreta ao facilitar a mobilização, a comunicação e a convocação dos militantes para as reuniões e ações políticas (já que o contato entre eles é diário) e dificulta a repressão, pois as células costumam reunir grupos pequenos e com pouco contato com os organismos superiores. A terceira vantagem seria o fortalecimento da solidariedade partidária. A nosso ver, essa consideração merece uma discussão mais detalhada. Segundo Duverger:

A natureza profissional aumenta ainda mais esta [solidariedade partidária] proporcionando-lhe uma base concreta e direta: os problemas da empresa, as condições de trabalho, os salários, constituem ponto de partida excelente para uma sólida educação política. Certamente, isso comporta um perigo: que a célula se absorva inteiramente nas reivindicações profissionais e esqueça as questões puramente políticas – isto é, que execute o trabalho normal dum sindicato. Esse desvio “economista” constitui a tentação permanente das células: lendo-se os relatórios da organização no Congresso do Partido Comunista observar-se-á que muitos esforços são necessários para não cair ali. (DUVERGER, 1987, p.64).

Se, por um lado, a “tentação ao economismo” é um problema com o qual os comunistas se confrontam historicamente nas suas organizações partidárias e na sua atuação dentro de entidades sindicais, por exemplo, há uma ressalva que precisa ser feita: em alguns momentos da história do PCB o perigo se converteu em ferramenta útil. A relevância dada a questões imediatas, tratadas de forma relativamente descolada das “questões puramente políticas” proporcionou aos comunistas mais flexibilidade em seus programas e maior margem de manobra para a composição de suas alianças. Às bases militantes radicadas nas células destinavam-se os debates relativos à aplicação da política decidida pelo centro, que concentrava o monopólio da reflexão teórica. Em várias passagens do Estatuto, encontramos dispositivos que facilitavam e induziam a essa concentração de poder. No artigo 14, o PCB estabelece que:

a organização do Partido que desenvolve sua atividade em uma área determinada é considerada superior a todas as organizações do Partido que limitam sua atividade a partes dessa área; a organização do Partido que desenvolve sua atividade em um ramo da produção é considerada superior a todas as organizações do Partido que limitam sua atividade a partes desse ramo da produção (PCB, 1954, s/p)

Dessa forma, cada organismo de base estabelece uma relação de subordinação às superiores. A esse tipo de desenho institucional, Duverger chamou de ligação vertical – que é justamente aquela que une dois organismos subordinados um ao outro. Em partidos organizados nesses termos, “os grupos de um mesmo escalão não podem comunicar-se entre si senão por intermédio da cúpula. Isso pressupõe duas coisas: a ausência de toda ligação horizontal direta e o emprego da delegação pra compor ‘instâncias superiores’” (DUVERGER, 1987).

Além de centralizar o poder, essa estrutura evita cisões. A comunicação entre as células passa necessariamente para órgãos superiores através do seu delegado, e assim sucessivamente; a cada novo nível hierárquico, uma nova triagem de informações e interesses em manter o poder nas mãos dos dirigentes. E uma nova relação de mando que coloca o delegado a serviço dos seus superiores.

Os riscos de contágio são ainda atenuados pela centralização que reforça o caráter vertical das ligações. Cada delegado de um organismo

inferior não é responsável perante seus mandantes, porém perante o organismo superior: tem ele portanto como dever por este ao corrente das dissidências eventuais que surjam no grupo que lhe é confiado, não para defender o ponto de vista deste, mas para provocar a intervenção salvadora do centro (Idem, p.84)

Ainda que observemos que um sistema de ligações verticais não define uma estrutura mais centralizadora de poder, essa característica se mostra visível em várias passagens do documento. No artigo 20, o Estatuto define que:

Nenhum Comitê ou organização do Partido, nem seus dirigentes, têm o direito de fazer declarações ou manifestar-se publicamente sobre qualquer questão de âmbito nacional antes que o Comitê Central tenha feito declaração ou tomado decisão a respeito.

Mas concluir que a estrutura do PCB era mais centralizada não nos parece suficiente. A repartição desigual de poderes entre os diversos escalões do partido e sua maior concentração nos cargos de direção não é, em si, um indicativo de falta de democracia interna. A rigidez hierárquica, poderíamos argumentar, pode ser atenuada com uma alternância regular dos dirigentes ou com mecanismos efetivos de participação e legitimação da liderança. Em contrapartida, os militantes de base ganham, mesmo sacrificando parte de seu poder decisório, pela eficácia de um partido estruturado e organizativamente capaz de responder às questões da política cotidiana.

Essas seriam as principais vantagens do centralismo democrático. Princípio “em que se baseia a estrutura orgânica” (PCB, 1954) do PCB, ele é descrito como um conjunto de normas nos Estatutos, mais do que como um conceito. Para Duverger, o “centralismo democrático” é um conjunto de instituições complexas, que permite que toda a organização do partido permaneça centralizada (porque as decisões ainda são tomadas do alto), sem perder em democracia (pois elas são mantidas em função das opiniões da base, que precisa legitimar cada resolução).

Mas nem sempre essa liberdade de debate se verificou na prática dos comunistas. Nos anos que se seguiram entre o IV e o V Congresso do PCB, muitas foram as ocasiões em que a direção do partido alegou a “necessidade de evitar cisões e o prejuízo da classe operária” para fechar os canais de diálogo e de debate previstos nas

regras do Estatuto, bem como para exceder o poder de suas funções, em detrimento do organismo supremo, o Congresso. O princípio do centralismo democrático perdeu progressivamente seu caráter de organização e execução organizada das decisões coletivamente definidas para dar lugar a uma autocracia de direções a cada vez mais isoladas em seus postos de mando.

Tal tendência se verificou em vários momentos. Ainda sob os primeiros impactos da crise aberta com o XX Congresso do PCUS, surgiram as primeiras críticas de militantes às estruturas organizativas do PCB. Naquela ocasião, a direção do partido procurou restringir para dirigir os debates, esboçando mais claramente a linha política que seria seguida pelo partido posteriormente.

Os questionamentos sobre a estrutura partidária continuaram apesar de tentativas de autocritica feitas pela direção, em um esforço frustrado de apaziguar as dissidências. As divergências foram aguçadas a um ponto em que a legitimidade do “núcleo dirigente” do PCB foi questionada. Como solução para a tensão crescente, o líder máximo do partido, Luiz Carlos Prestes, escreveu uma carta – que ficou posteriormente conhecida como “Carta-Rolha” – ao Comitê Central, na qual considera inadmissíveis os ataques à União Soviética e ao PCUS e impele o órgão a assumir sua condição de centro único de autoridade do partido para não permitir ameaças à disciplina partidária, encerrando a discussão.

Com a suspensão dos debates foram excluídas alas inteiras das fileiras comunistas. A partir de maio de 1957, as discussões tiveram continuidade em artigos publicados por membros do “núcleo dirigente”. O centro das discussões girou em torno da questão da intervenção do PCB na frente única nacionalista. Com o desenvolvimento da disputa interna, criou-se no PCB uma situação na qual o grupo denominado “centro pragmático” tornou-se a corrente majoritária no partido e no Comitê Central, mas o grupo dos “conservadores” continuava a deter os principais cargos de direção.

Em agosto de 1957, o Comitê Central se reuniu em plenária e aprovou uma resolução que, entre outras medidas, alterou a Comissão Executiva e o Secretariado, suprimindo as suplências. Estavam afastados da direção aqueles que se identificavam com a corrente “conservadora”. Foi designada também uma comissão para elaborar um documento de atualização da política do PCB a ser discutido na reunião seguinte do Comitê Central. O “centro pragmático” detém

então o controle dos principais órgãos diretivos do PCB. Em todas essas ocasiões, militantes foram expulsos ou impedidos de expressar suas opiniões nos órgãos, a despeito das regras estatutárias.

Como vimos, o período que seguiu o Congresso no qual o Estatuto foi aprovado foi marcado por uma série de transformações na linha política do partido. Para que elas fossem adotadas, muitas das definições estatutárias aqui ressaltadas foram colocadas abaixo por membros da alta direção do partido, rompendo mecanismos básicos do controle das bases sobre a sua atuação. O resultado desse processo para a dimensão organizativa envolveu uma maior concentração do poder, o fechamento de canais de comunicação entre a base e a direção, um endurecimento da disciplina interna e a inviabilização do diálogo democrático como combustível para a vida partidária.

A nova política exigia um partido mais disciplinado, com menos espaços para dissidências e mais permeável às grandes alianças eleitorais, como a que levou JK ao poder e apoiou as políticas desenvolvimentistas adotadas por seu governo. Ao mesmo tempo, o aumento da dependência em relação à organização patrocinadora contribuiu sobremaneira para retirar dos militantes a capacidade de decidir sobre a política que o partido deveria implementar, transferindo ainda mais o poder de reflexão e elaboração para os grandes chefes soviéticos – os próprios chefes locais iam assumindo, com o passar do tempo, um papel de “tradutores” dos modelos teóricos exportados pelo centro de poder do comunismo internacional.

Portanto, o PCB apresentou, no período analisado, uma *diminuição considerável da democracia interna aliada a uma maior aproximação ideológica do desenvolvimentismo*, em um processo que se aprofundou à medida que aumentavam as possibilidades conjunturais de participar oficialmente do aparato do Estado. Assim, mais do que o modelo originário, a *posição conjuntural* do PCB em relação à ideologia oficial *coincidiu* com o progressivo processo de decomposição de suas bases institucionais.

2. O trotskismo *sui generis* do Partido Operário Revolucionário (POR)

Fundando a chamada “terceira geração de trotskistas no Brasil” (Karepovs & NETO, 2002) o POR foi criado em 1952. As motivações para sua criação são ligadas às necessidades de organizar no

Brasil os militantes identificados internacionalmente com a Oposição de Esquerda, atendendo às demandas da dinâmica de cisões na IV Internacional, principalmente a que vinha se desenvolvendo entre os dirigentes argentinos J. Posadas e Nahuel Moreno. A disputa entre os dirigentes argentinos se deveu à orientação política decidida no III Congresso da IV Internacional, que ocorreu em 1951 na cidade de Paris. Nesse congresso, o então secretário-geral, o grego M. Raptkis (em codinome Michel Pablo) apresentou um polêmico conjunto de teses que, ao serem aprovadas, reorientaram toda a política dos partidos filiados. Nesses textos, encontravam-se as bases de uma vertente do trotskismo que ficou conhecida como “pablismo”.

Em essência, os textos defendiam que a emergência de uma Terceira Guerra Mundial abreviava o “tempo histórico” disponível para a construção de partidos “verdadeiramente revolucionários” (trotskistas). Diversos fatores empurravam o comando da provável revolução socialista para as mãos da burocracia stalinista: somente “séculos de transição” para o socialismo poderiam diluir tamanha força política.

Somente depois de vencer a guerra contra o imperialismo, seria o momento de levar as massas a lutar diretamente contra o stalinismo. Antes disso, os trotskistas deveriam puxar a política soviética para a esquerda, tendo como tarefa urgente se integrar no real movimento das massas. O primeiro passo a ser dado era integrar os militantes trotskistas nos partidos comunistas em todo o mundo, com o objetivo de influenciar sua política. Assim, a partir de dentro, seria iniciado o longo processo de reconquista do imenso aparato controlado por Stálin.

A política que ficou conhecida como “entrismo *sui generis*” foi aprovada e provocou a primeira divisão da IV Internacional: em novembro de 1953, as seções partidárias que optaram por se opor às teses pablistas organizaram o Comitê Internacional da IV Internacional (CI). A fração que se manteve ligada à direção de Pablo, consolidada na direção da IV Internacional, reuniu boa parte dos partidos trotskistas e ficou conhecida como Secretariado Internacional (SI).

Na América Latina, a liderança de Posadas, que defendia que as atenções fossem voltadas ao diálogo com os movimentos nacionalistas, mostrava-se mais compatível com a política recém-aprovada. Seu grupo foi declarado seção argentina da IV, e ele se manteve

como o encarregado da organização do Bureau Latino-Americano da Internacional, o BLA.

No Brasil, o incipiente POR aderiu ao SI. Na verdade, o partido não contava com muitas outras opções: desde o início, suas atividades estavam intimamente ligadas ao trabalho de Posadas no continente. A linha defendida por ele era, no mínimo, a mais provável a ser seguida pelo partido que só se organizou com o impulso do Bureau que ele dirigia. Foi ainda em meados de 1952 que o delegado do Bureau Guillermo Almeyra chegou a São Paulo com a tarefa de estabelecer ligação com os trotskistas brasileiros, editar um jornal e liderar um grupo. Em novembro do mesmo ano, foi lançada a primeira edição do “Frente Operária”, em torno do qual se nucleou a equipe de militantes que constituiu o POR.

Segundo KAREPOVS & NETO (2002), o BLA exercia forte fiscalização dos debates ocorridos internacionalmente, o que alimentava e agravava as consequências da política de centralismo extremo. A exacerbação do “culto da personalidade” de Posadas entre os partidos do BLA se somou a uma política de características monolíticas. A indicação de Posadas era que as relações da organização internacional com os partidos seguissem a fórmula: “centralismo 90%, democracia 10%” (KAREPOVS & NETO, 2002). Não raro, o Bureau ordenava que se enviassem delegados às suas seções, o que mantinha as organizações trotskistas latino-americanas sob rédeas curtas.

Dessa forma, entre os traços originários do POR, ressalta-se uma concentração de poder decisório acentuada, com diminuição progressiva dos níveis de democracia interna. Para melhor vislumbrar as articulações entre essas características, passemos à análise da estrutura do POR.

Em um artigo intitulado “A luta por um Partido”, publicado no jornal “Frente Operária”, os trotskistas expõem alguns de seus princípios organizativos fundamentais. Afirmando a necessidade de construir um “instrumento” para uma luta que pudesse resolver “as tarefas democrático-burguesas, liquidando os latifúndios e expulsando o imperialismo”, além de ser capaz de “expropriar a burguesia nacional” e prosseguir “vitoriosamente até o socialismo”, o POR elege as características ideais de um partido.

[...] Para levar à frente tal luta, precisamos de um instrumento. Esse instrumento é o partido. De que tipo deve ser o partido? Em primeiro lugar, deve ser um partido armado com uma teoria científica. O desenvolvimento do capitalismo e a agonia do imperialismo não podem deixar de ser estudados cuidadosamente para saber como e onde apressar sua queda. Esse estudo é baseado na ciência de Marx, Engels, Lenine e Trotsky. Por isso, o partido deve ser um partido marxista-leninista, isto é, um partido verdadeiramente socialista que prepare essa queda. O partido deve ser internacional, organizado num centralismo democrático, capaz de ligar as lutas nacionais às lutas mundiais, capaz de dirigir à derrubada mundial do capitalismo; um partido proletário, pois só o proletariado representa o progresso da humanidade toda. (“A luta por um partido”. Frente Operária, Nº 5 em junho de 1953, s/p)

A disputa em torno das noções de “internacionalismo”, “marxismo-leninismo” e “centralismo democrático”, mais que uma mera contenda em torno de termos, parece-nos significativa para a definição daquilo que o POR buscava ser – o que expunha, na maioria das vezes, em contraposição àquilo que buscava *não ser*.

Os trotskistas mobilizavam, na sua crítica à política comunista, boa parte daquelas questões que se mostrariam mais difíceis de equacionar em sua própria trajetória. As contradições da forma de aplicação do “centralismo burocrático” pelo PCB, duramente criticadas pelos trotskistas, não foram superadas pelo POR. Sem a manutenção dos mecanismos básicos de participação e deliberação das bases, o modelo original de “centralismo democrático” criado pelos partidos comunistas e reivindicado pelos trotskistas não se realizou na prática da organização. Em seu lugar, encontramos uma forma de centralização mais próxima ao que Duverger chama de “centralismo autocrático”. Nos seus termos:

[...] podem-se distinguir duas formas de centralização, uma autocrática a outra democrática, se considerar-se esse último termo como índice de uma vontade de manter o contato com a base. No centralismo autocrático, todas as decisões vêm do alto, e sua aplicação é controlada localmente por representantes da cúpula. (DUVERGER, 1987, p. 92)

Em 1955, o POR adere oficialmente à tática do entrismo, mais uma vez seguindo as determinações externas. Seus militantes começaram a ingressar no PCB para formar uma “ala revolucionária” e

buscar maior audiência do que até então vinham obtendo, em especial entre as bases do partido stalinista. Segundo Leal (2004), esse foi um dos “momentos da história da organização que determinou mudanças drásticas da sua linha política, podendo-se mesmo falar em substituição de fins oficiais, tendo como consequência um abalo na identidade política do partido”. (idem). De fato, o deslocamento dos escassos recursos da organização para a realização de uma tarefa tão extraordinária cobrou seu preço para a formulação programática dos trotskistas.

Além do programa, há uma dimensão que merece ser ressaltada, que é a do desgaste da militância. As demais condições de ação oferecidas pelo POR (falta de autonomia e extrema centralização com a transferência do poder decisório da base para as direções externas), chegaram a colocar a sobrevivência da organização em risco, pois afastava cada vez mais seus membros da organização. E essa tensão foi ainda mais agravada pela hostilidade ambiental que encontraram no PCB.

Outra explicação para o fracasso do entrismo pode ser encontrada nas características da própria política e na natureza das organizações envolvidas. Muito próximo ao processo que Duverger (1987) chama de “nucleamento”, o sucesso do entrismo pressupõe uma relação entre duas organizações na qual a “nucleadora” seja institucionalmente mais sólida que a nucleada – o que, obviamente, não era o caso do POR em relação ao PCB.

Com uma organização tão frágil, os trotskistas do POR não conseguiram concretizar os objetivos de sua tática. Essa é uma avaliação que aparece, inclusive, em boa parte dos textos que eles próprios produziram na época. Ainda que em nenhum deles decretasse o fracasso do entrismo, o reconhecimento das inúmeras limitações da organização era uma constante, que se impunha como realidade inescapável a cada vez que o partido buscava apontar saídas para o movimento de massas ou explicar as razões para a não realização imediata de seus propósitos. A mutilação de sua capacidade de elaboração de proposições concretas e de alternativas programáticas é mais um dos efeitos da sua fragilidade institucional.

Seus militantes, embora tenham redobrado os esforços críticos às políticas comunistas, assumiram, a cada vez mais, o ponto de referência da compreensão comunista da realidade brasileira; repetiam e aplicavam a fórmula do “país semicolonial e semifeudal” de maneiras

cada vez mais contraditórias. Em várias de suas apreciações, o POR transitava de maneira bastante indecisa entre a adesão e a rejeição aos postulados comunistas. O Partido acabou seguindo a direção já traçada pelo PCB, embora pesasse a mão, em seu discurso, na rejeição sistemática de cada ponto do programa comunista.

Já durante o governo JK, o “Frente Operária”, veículo central do POR, publica um texto no qual fica mais clara a posição dos trotskistas diante das políticas desenvolvimentistas e sua similaridade com as pecebistas. Assinado por Leôncio Martins Rodrigues, o artigo se inicia levantando algumas das questões gerais que mais preocuparam os teóricos do desenvolvimentismo. Afirma-se que, apesar de atravessar um período de industrialização e progresso, o Brasil continuaria sendo um país semicolonial sujeito à dominação das grandes potências imperialistas, além de fundamentalmente agrícola, exportador de café e algodão.

Para se libertar do asfixiante controle que os grandes trustes internacionais exercem sobre a economia brasileira, o país necessita montar uma indústria pesada, com fabricação em grande escala de caminhões, tratores, locomotivas, motores; precisa de um parque siderúrgico, precisa montar uma rede de usinas hidroelétricas, etc. Para realizar isto, a burguesia nacional “industrialista” necessita de capitais, coisa que não possui em quantidade suficiente e necessária. Para remediar tal situação, o ex-governador mineiro pensa em recorrer (e já o está fazendo) ao “auxílio” de capitais estrangeiros. Mas, os “trustes” e monopólios imperialistas não pretendem aplicar seus capitais no Brasil com a finalidade de incrementar nosso progresso, mas sim para tirar lucro com a exploração desenfreada da mão de obra nacional. [...] Para permitir nosso real desenvolvimento econômico é imprescindível a expropriação sem indenização dos trustes imperialistas que sugam, controlam e entram o progresso do Brasil. [...] Porém, além de tudo isso, Juscelino Kubitschek omite um ponto fundamental, sem cuja realização não se pode nem pensar em progresso no Brasil: a reforma agrária. [...] Enquanto subsistirem grandes latifúndios improdutivos (ou de baixíssima produtividade) o regime da “meia” e da “terça” (vestígios feudais) nosso país não sairá da miserável condição de semi-colônia, gozando de independência política apenas formal, apesar dos imensos recursos que possui. Sem reforma agrária não há progresso real no Brasil. [grifos do autor] (RODRIGUES, L. M. “O governo Juscelino: O Programa da Burguesia nacional.”. “Frente Operária”, Nº 18, maio de 1956, pp.3-6)

Em 1957, depois de aparecerem os primeiros reflexos mais significativos da crise internacional do comunismo dentro do Partidão, o POR passa a se dedicar não só à avaliação dos movimentos da direção do partido, como também das correntes que surgem ao longo da disputa. Na esperança de finalmente colher os frutos de sua ação dentro do PCB, os trotskistas acompanham passo a passo a fragmentação da coalizão dirigente, buscando, ao mesmo tempo, alvejar as lideranças das principais frações em disputa e ganhar a simpatia das bases que impunham questionamentos à política que vinha sendo realizada até o momento.

Mas os prognósticos não são animadores para os trotskistas. Afinal, desde o início da crise, das frações que ganharam mais notoriedade na disputa e adesão de maiores parcelas das bases, nenhuma se aproximava das políticas do POR. Ao reconhecer que não havia organizações, dentro do PCB, que cumprissem o papel de tensionar o partido por dentro e levar a crise aos fins que almejavam atingir desde que se voltaram para a ação dentro do campo dos comunistas, os trotskistas abriam flancos para que se chegasse à conclusão, mais cedo ou mais tarde, de que, mesmo com todos os esforços empregados, a tática do entrismo não funcionou.

Ainda antes desse reconhecimento, os militantes do POR seguiram investindo em questionar, da maneira que podiam, a movimentação comunista. Mas o alcance e a consistência dessa crítica diminuem progressivamente. As contradições vividas pelos militantes trotskistas se tornam tão agudas que passam a influenciar mais notadamente nos textos.

Por outro lado, ainda que tenha consumido muito de sua capacidade propositiva, o esforço em realizar uma análise pormenorizada das propostas das diferentes correntes em disputa na crise do PCB possibilitou ao POR uma crítica ao nacional desenvolvimentismo como ideologia. Discutindo nacionalismo presente no programa dos chamados “renovadores” – corrente que foi expulsa do Partidão ainda no ano de 1957 – os trotskistas destacam:

[...] Quais são as “inovações” dos novos ideólogos do nacionalismo? O nacionalismo apresenta-se como um tipo de ideologia característico dos países subdesenvolvidos, “bandeira anti-imperialista [...] para o estatismo econômico e para a participação cada vez mais intensa das camadas populares na vida política” [...] “O nacionalismo, ao mesmo

tempo que exerce a função de ideologia do desenvolvimento econômico exerce também a função de ideologia política das massas. Através dele as massas tomam consciência social de sua posição enquanto parte da nação, etc. Subjacente a toda análise dos “renovadores” está a perspectiva de um impetuoso desenvolvimento econômico-industrial do Brasil (e de outros países coloniais e semi- coloniais) dentro dos quadros do regime capitalista. [...] Para os “renovadores” o nacionalismo seria a ideologia que uniria operários e capitalistas, latifundiários e trabalhadores agrícolas, a ideologia de toda nação. (CAMPOS. “Prestes e a Crise no PCB.” Frente Operária, N° - indefinido, de outubro de 1957, matéria de capa.)

Ao analisar o caráter dos movimentos nacionalistas pelo mundo, o POR deixa vir à tona a tautologia que guia a lógica geral do seu pensamento. Resumindo sua avaliação, o cenário – no Brasil e no mundo - era o seguinte: os movimentos de massas não avançam para além das reivindicações nacionalistas por falta de uma direção consequente. Os PCs seriam os partidos que contavam com as melhores condições de fazer avançar tais lutas, mas encontravam-se deformados ideologicamente por uma direção oportunista, que freava o avanço da história para manter seus privilégios de casta burocrática. Seria preciso recuperar essas organizações para a luta de massas, pois sua essência era marxista e sua base ainda estaria fortemente ancorada na classe operária, único agente capaz de levar o progresso a cabo e conduzir ao socialismo. Mas, no caso do PCB, isso se mostrava impossível – ou, ao menos, muito improvável: mesmo dentro do partido ao qual os trotskistas se filiaram *in bloco*, não haveria frações e tendências organizadas a ponto de dar consequência às dissensões com a direção.

A saída seria confiar a direção desses movimentos, bem como da política comunista, à “única classe capaz de superar o atraso dos países semi-coloniais, de terminar as tarefas democrático-burguesas que a burguesia iniciou, mas não é capaz de levá-las a seu término [que] é a classe operária, apoiada nas massas agrícolas e pequeno-burgueses pobres” (Frente Operária, 1957).

A partir de meados do governo JK, o POR desenvolveu algumas críticas que o afastaram relativamente do PCB. Para o partido, haviam se esgotado no Brasil todas as chances de um modelo nacionalista de desenvolvimento, dado o apego ao capital externo no fomento da economia. De 1959 em diante, a antiga caracterização

da “crise de crescimento” deu lugar, definitivamente, a uma interpretação do esgotamento do papel do nacionalismo na modernização do país, o que impunha a necessidade da construção de uma frente anti-imperialista para desmascarar supostas práticas nacionalistas nos sindicatos pelegos.

Esse afastamento relativo do PCB chegou a levar o POR a ensaiar movimentos para a formação de um novo partido revolucionário. Durante o período de março de 1959 a janeiro de 1960, o partido chegou a tentar se reunir com os integrantes a LSI (Liga Socialista Independente) e da Juventude Socialista, já que as três organizações convergiam na defesa do lançamento de uma candidatura operária à presidência da República nas eleições de 1960. A tentativa se frustrou no final de janeiro de 1960, quando, em Conferência, o POR decidiu considerar encerrada a fase transitória de luta pela construção de um partido marxista revolucionário de quadros com base na articulação entre os grupos independentes de esquerda. Voltou a ser defendida a tática do entrismo no PCB, considerada válida até 1963, quando J. Posadas recusou sua validade nos casos brasileiro e uruguaio.

Assim, observamos que no período analisado o POR apresentou *aproximações relativas* ao projeto desenvolvimentista, uma vez que a formulação de suas críticas ao modelo se encontrou bastante limitada pela submissão ao BLA e pela política de entrismo no PCB. *Altamente centralizado* pelo BLA, o partido apresentou os menores índices de *democracia interna*, já que o poder de decisão e de formulação política dos militantes se transferia para as mãos dos dirigentes do Bureau. O partido reivindicava o centralismo democrático criticando o autoritarismo do PCB identificado como uma distorção do modelo, mas não conseguiu pô-lo em prática devido à sua baixíssima institucionalização, chegando a um modelo que mais se assemelhava ao “centralismo autocrático” descrito por Duverger. O entrismo no PCB prejudicou ainda mais a sua institucionalização, já que os limites da organização ficaram mais permeáveis à influência externa.

As alterações da formulação programática no período pós-54 indicam um aumento da pressão dos pressupostos pecebistas sobre as formulações do POR como consequência do entrismo, mas não alteram a orientação geral que já se notava nos textos antes da entrada no PCB: as colorações desenvolvimentistas aparecem, no máximo, com tons mais fortes, assim como as críticas diretas à ação política comunista. Em suma: o POR era um partido com *baixíssimos*

índices de democracia interna e com alguma aproximação ideológica do modelo desenvolvimentista, determinada principalmente pela progressiva diminuição da capacidade organizativa de formular alternativas programáticas que correspondessem à crítica ao modelo pecebista.

3. O “socialismo democrático” da Liga Socialista Independente (LSI)

A cisão gerada pelo III Congresso da IV Internacional também foi decisiva para a criação da Liga. Contrário às teses de Michel Pablo, em 1952, o militante e importante liderança da Liga, Hermínio Sarchetta, rompeu com o trotskismo. Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira (apud OLIVEIRA, 2007), essa divergência evoluiu para a tese de que a URSS era um Capitalismo de Estado – tese, aliás, presente no Programa da LSI – e para a convicção de que o modelo político bolchevique era o grande responsável pelo fenômeno stalinista.

A crítica ao centralismo e a caracterização da União Soviética como um capitalismo de Estado aproximavam a LSI das teses luxemburguistas e as afastavam da IV Internacional, mas algumas aproximações com as análises trotskistas são percebidas nas apreensões do capitalismo no Brasil. Como bem observa Pedro Roberto Ferreira (FERREIRA, 2005), a utilização de conceitos como “desenvolvimento desigual e combinado” identificam as formulações da Liga mais com Trotsky e Lênin do que com Rosa Luxemburgo.

A Liga Socialista Independente dava continuidade ao trotskismo no Brasil, ao entender que a burguesia industrial que se combinava com a agrária sob as determinações de uma financeira e internacional, necessitava de um Estado na reprodução do seu capital, de um bonapartismo, sobretudo, frente aos movimentos sociais e políticos mais incisivos, para frear os movimentos mais radicais do proletariado. (idem, p.43).

Adiantando algumas análises, também presentes na “Revolução Burguesa” de Florestan Fernandes (1975), a LSI avaliava que o capitalismo monopolista, ao deparar com formas de produção pré-capitalista, as submete à sua lógica, gerando um desenvolvimento desigual e combinado dirigido pelo capital financeiro. O capitalismo tardio que se desenvolveu no Brasil “combinava situações econômicas desiguais em seu território com reflexos nas organizações

políticas e partidárias da burguesia” (FERREIRA, 2005). O regime político burguês brasileiro não experimentou grandes transformações democráticas. Os traços autocráticos da “dominação burguesa” (FERNANDES, 1975) e a herança dos longos períodos ditatoriais se faziam sentir mesmo nos “intervalos democráticos”. As consequências conferiam aos socialistas maiores dificuldades no trabalho de mobilização e conscientização dos trabalhadores, já que se mantinha a freqüente combinação entre repressão e manipulação imposta pela burguesia à política nacional. A formação de um “ambiente democrático-burguês” foi impossibilitada pela (...) estrutura econômica marcada pelo domínio da grande propriedade no campo, com os seus milhares de trabalhadores assalariados em condições miseráveis, aliada ao predomínio da grande indústria e do alto comércio nos centros urbanos, que monopolizavam o controle dos meios de produção, a produção e a distribuição dos produtos no mercado, gerando consumo para poucos. (FERREIRA, 2005, p. 44).

Nada mais apropriado, portanto, que a defesa intransigente de uma política pautada pela independência de classe, o que afastava a LSI do POR e do PCB. Expressões como a “revolução em etapas”, aliança com a “burguesia progressista” ou mesmo a “superação dos restos feudais” não faziam sentido em seu léxico. O apoio dos comunistas à candidatura de Jânio Quadros e a insistência do POR em se manter a reboque do PCB estavam fora dos horizontes políticos da Liga.

As prioridades da LSI estavam mais ligadas à conscientização dos trabalhadores através da progressiva ampliação de sua participação política – atividade que a tradição luxemburguista acredita ser primordial para o amadurecimento da consciência revolucionária. Por isso, defendia que as liberdades democráticas deviam ser radicalizadas, elevando ao máximo as potencialidades presentes nas instituições do regime liberal.

A preocupação com a ampliação dos espaços democráticos e de participação aparece com destaque nos princípios fundamentais que orientam o Programa da LSI. Em sua definição de socialismo, o documento afirma:

O socialismo, quando critica as liberdades formais da democracia burguesa, não pretende destruir a liberdade, mas dar-lhe formas concretas que possam, efetivamente, ser utilizadas por todos. Como

já foi afirmado, a questão da forma democrática é uma questão de conteúdo socialista. A luta pelo Socialismo é inseparável da luta pela Liberdade, do mesmo modo que a luta pela Liberdade é hoje inseparável da luta pelo Socialismo. (LSI. Projeto de Programa e Estatutos. 1956, s/p).

Além do destaque à “educação da coletividade em bases democrático-socialistas”, os luxemburguistas afirmam não estabelecer hierarquias entre os diferentes setores dos trabalhadores, distingue-os substancialmente das propostas pecebistas e trotskistas – que viam no proletariado urbano industrial o grande sujeito da luta de classes. Essa alteração, mais do que uma simples divergência tática, assinala a peculiaridade do programa da LSI em relação aos demais.

Essa particularidade se deve, a nosso ver, à análise que a Liga fazia da situação brasileira. Ainda que, como os trotskistas, os luxemburguistas se inspirem em muitas categorias encontradas nos textos de Caio Prado Junior e de Trotsky, as articulações conceituais que realizavam se desenvolviam de uma forma bastante distinta daquela característica dos textos do POR.

Para a LSI, o Brasil era um país no qual o capitalismo teria se desenvolvido de maneira retardatária, o que não o teria permitido resolver a questão agrária nem se libertar da sua sujeição ao Imperialismo. Tal condição imporia uma redobrada exploração sobre seus trabalhadores, que se veriam oprimidos pela burguesia nacional e, por meio dela, pelo Imperialismo. A burguesia nacional contaria com uma “escassa capitalização”, o que a levaria a buscar mais formas de extorsão da mais-valia e a reclamar uma taxa de lucro de alto nível, o que redundaria em “brutal exploração econômica, não apenas da classe operária, mas também da pequena burguesia, na cidade e no campo.” (idem).

A burguesia nacional, portanto, estaria mais interessada em resolver os problemas desse capitalismo retardatário, mas resolver a seu modo e a seu favor. Isso significaria que, longe das “aspirações progressistas”, essa burguesia se amparava no Estado para ampliar seu poder econômico e social, aumentando a pressão sobre os ombros da classe trabalhadora. Esse movimento seria o distintivo fundamental do processo de industrialização do Brasil.

Como solução geral para essa situação, a LSI propunha que o movimento dos trabalhadores urbanos e rurais se unisse em torno da perspectiva de uma sociedade socialista, que reorganizaria a

economia e restabeleceria as formas de propriedade no país. Nesse sentido, destacam-se os projetos relativos à socialização das terras e dos meios de produção industrial, bem como a nacionalização dos bancos estrangeiros.

A relação da Liga com o cotidiano da ação política - bem como a articulação dessas proposições programáticas com os desafios concretos que esse cotidiano impunha – fica mais clara quando observamos sua postura diante dos debates travados com os demais partidos de esquerda. As considerações da Liga trazem alguns elementos até então ausentes das análises trotskistas. Entre eles, uma formulação crítica mais precisa a respeito do Plano de Metas, na qual consideravam questões de política econômica como importantes medidores das características e consequências das medidas governamentais na vida dos trabalhadores.

A rejeição aos princípios de organização adotados pelos comunistas e trotskistas foi o ponto de partida do movimento de criação da LSI. Segundo os próprios luxemburguistas, a decisão de fundar a organização foi precedida pela realização de um balanço crítico das atividades socialistas e seus partidos no século XX e de um estudo geral de suas políticas organizatórias. As conclusões a que chegaram relacionam “o abandono absoluto dos princípios do socialismo” com a condenação da “antidemocrática, ultra-centralista e monolítica dos partidos bolcheviques”, o que os fez optar por uma “forma organizatória que conjugue DISCIPLINA com DEMOCRACIA SOCIALISTA”. [grifo do autor] (“A Razão da LSI”. Ação Socialista. Nº1, junho de 1958, p.3)

Seus membros estariam ligados por uma “disciplina consciente e obrigatória para todos sem distinção” (LSI, 1956. “Projeto de Programa e Estatutos”, s/p). Entre os direitos conferidos ao membro da LSI – que seria admitido depois da indicação de um membro mais antigo e de um estágio de três meses, passando pela aceitação da organização de base e da Comissão Executiva Nacional – enfatizamos, além do direito de expressão de possíveis divergências com a maioria (com garantia de espaço na imprensa da LSI ou em boletins intrapartidários), o direito à organização política dessa divergência em tendências internas.

Apesar de elaborar essas críticas e de sugerir, no seu estatuto, algumas modificações na aplicação de seus pressupostos, os luxemburguistas afirmavam que o centralismo democrático criado pelos

bolcheviques era uma boa formulação teórica de organização partidária. De fato, encontramos em seus estatutos muitas similaridades com os princípios descritos nos estatutos pecebistas, ainda que sempre acompanhadas das ressalvas sobre a necessidade de respeitar os fóruns de livre debate, reivindicando o princípio da “democracia interna que implica liberdade como consciência da necessidade de disciplina livremente consentida”.

A adoção crítica de algumas características do centralismo democrático, aliada à rejeição daqueles que seriam seus principais desvios autoritários, formam um conjunto que, a nosso ver, dá à organização descrita nos Estatutos da Liga um desenho que combinatoria uma organização bem estruturada com espaços de participação das bases. Entre os casos aqui trabalhados, os documentos da LSI oferecem um panorama de uma organização que combinou de forma mais efetiva a preocupação com a manutenção da democracia na divisão do poder decisório interno com a elaboração crítica do contexto político. A nosso ver, essas características apontam para uma correlação importante entre traços organizativos e programáticos dos partidos.

Conclusões

Do modelo de partido leninista (em sua versão stalinista) adotado pelo PCB até o modelo luxemburguista da LSI, passando pelo trotskismo do POR, há um acréscimo significativo de princípios democráticos de organização. A coincidência dessa “progressão democrática” com a presença de propostas críticas ao desenvolvimentismo dos programas e textos dos partidos nos levou a investigar as possíveis ligações entre as variáveis. No quadro a seguir, apresentamos a representação gráfica da localização de cada partido de acordo com o cruzamento entre as variáveis “variação programática” e “democracia interna”. Em um eixo, temos um extremo mais desenvolvimentista e outro menos desenvolvimentista, e, em outro, passamos de um extremo mais democrático e outro menos democrático. Este artigo fornecerá os elementos empíricos que nos levaram a construir esse mapa.

Quadro I – Programa versus democracia partidária

	<i>variação programática</i>			
		menos desenvolvimentista	intermediária	mais desenvolvimentista
<i>democracia interna</i>	mais democrático	LSI		
	intermediária		POR	
	menos democrático			PCB

Entre os partidos aqui estudados, o PCB apresentou maior proximidade com o programa geral do desenvolvimentismo, ainda que algumas variações programáticas tenham sido notadas durante o período. Essas variações giravam em torno de certa retórica revolucionária, presente no intervalo compreendido entre a data da cassação de seu registro legal (1948) e a morte de Getúlio Vargas (1954), no qual o partido recusou as alianças que vinha realizando com o governo. Em todo caso, os termos gerais de seu programa não chegaram a se alterar significativamente, reafirmando seus traços mais característicos: a noção do progresso industrial como motor da história, o projeto de revolução dividido por etapas, a afirmação da necessidade de superar a condição agroexportadora e de estabelecer um parque industrial no Brasil como meio para a resolução das questões ligadas à desigualdade social e aos limites do regime democrático-liberal. O período que segue até a reorientação total da linha política do partido, cristalizada no Congresso de 1960, apresenta o gradativo abandono do “tom radicalizado” encontrado nos documentos pré-1954, com maior aproximação às teses nacionalistas e desenvolvimentistas “oficiais”.

A aliança com o governo do “Plano de Metas” se casou perfeitamente com a nova diretiva soviética, que passou a defender que os partidos comunistas de todo o mundo aderissem à tese da “convivência pacífica” com o pólo capitalista do globo e adotassem, no caso dos países subdesenvolvidos, a estratégia da “revolução democrático-burguesa”. O mesmo período significou, para os comunistas, o endurecimento da hierarquia interna, solapada por sucessivas manobras dos núcleos dirigentes para fazer valer a nova política e

sufocar os crescentes movimentos de contestação, com a diminuição da autonomia em relação às determinações soviéticas.

O POR apresentou aproximações relativas ao projeto desenvolvimentista, uma vez que a formulação de suas críticas ao modelo se encontrou bastante limitada pela submissão ao BLA e pela política de entrismo no PCB. Altamente centralizado pelo BLA, o partido apresentou os menores índices de democracia interna, já que o poder de decisão e de formulação política dos militantes se transferia para as mãos dos dirigentes do Bureau. Reivindicava o centralismo democrático criticando o autoritarismo do PCB como uma distorção do modelo, mas não conseguiu colocá-lo em prática devido à sua baixíssima institucionalização, chegando a um modelo que mais se assemelhava ao “centralismo autocrático” descrito por Duverger. A formulação programática indica um aumento da pressão dos pressupostos pecebistas sobre as formulações do POR. A hostilidade do meio e a transformação da denúncia minuciosa e implacável de cada passo das direções comunistas em prioridade minaram a capacidade propositiva e de autoconstrução do partido.

A LSI apresentou o programa com menor adesão ao desenvolvimentismo, definido nos seguintes termos gerais: concordava com muitas propostas e análises feitas pelo POR, principalmente quando se tratava de criticar o extremo centralismo do PCB e de sua política de revolução democrático burguesa. A LSI reconhece o papel da organização política das massas fora dos partidos e sindicatos como formas legítimas de luta, afirmando que tais mobilizações também seriam capazes de fazer frente às questões colocadas para o país – inclusive com certa vantagem diante das corrompidas direções sindicais. A organização luxemburguista também ofereceu um quadro de altos níveis de democracia interna, com definições estatutárias que garantiam a livre participação e formulação de seus militantes. A conformação de uma organização mais democrática permitiu à Liga que concentrasse os esforços de seus militantes na elaboração de uma leitura própria da conjuntura nacional e internacional, o que lhe conferiu maiores êxitos na formulação de um programa alternativo e de uma identidade organizativa própria.

Referências

BRAGA, S. S. *A Bancada Comunista na Assembléia Constituinte de 1946*. Disponível em http://grabois.org.br/porta/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=147&id_indice=886

- DUVERGER, M. (1987). *Os partidos políticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara.
- FERNANDES, F. (2009). *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo.
- FERREIRA, P. R. (2005). O Brasil dos Trotskistas (1930-1960). *Cadernos AEL: Trotskismo* n° 22/23. Campinas, São Paulo, Arquivo Edgard Leuenroth.
- KAREPOVS, D.; NETO, J. C. M. (2002). Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930 -1966). In: RIDENTI, M.; FILHO, D. A. R. (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Vol.6. Campinas: Editora da UNICAMP.
- KIELLER, M. (2002). *PCB – PC do B: A Unidade Comunista no Brasil*. Curitiba: Instituto Brasileiro de Relações de Trabalho.
- LEAL, M. (2004). *À esquerda da Esquerda. Trotskistas, Comunistas e Populistas no Brasil Contemporâneo: 1952-1966*. São Paulo: Paz e Terra.
- LÖWY, M. (2000). A dialética marxista do progresso. In: BENSÁID, D.; LÖWY, M. *Marxismo, Modernidade Utopia*. São Paulo: Xamã.
- MANTEGA, G. (1984). *A Economia Política Brasileira*. São Paulo/Petrópolis: Polis/Vozes.
- PANEBIANCO, A. (2005). *Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- PEREIRA NETO, M. L. (2005). Idéias políticas e organização partidária do POR (1952-1964). *Cadernos AEL: Trotskismo* n° 22/23. Campinas, São Paulo, Arquivo Edgard Leuenroth.
- PRADO JUNIOR, C. (2000). *Formação do Brasil Contemporâneo*. Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. São Paulo: Brasiliense/Publifolha.
- SACHETTA, H. (1992). *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Editora da Unicamp/Pontes.
- SEGATTO, J. A. (1989). *Breve história do PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros.

Fontes primárias

- Ação Socialista, N°1. Liga Socialista Independente. São Paulo, junho de 1958.
- Ação Socialista, N° 2, Liga Socialista Independente. São Paulo, fevereiro de 1959.
- Ação Socialista, N° 4. Liga Socialista Independente. São Paulo, Setembro de 1959.
- Ação Socialista, N° 5. Liga Socialista Independente. São Paulo, Outubro de 1959.
- Ação Socialista, N° 6. Liga Socialista Independente. São Paulo, Dezembro de 1959.
- Ação Socialista, N° 7. Liga Socialista Independente. São Paulo, abril de 1960.
- Ação Socialista, N° 8. Liga Socialista Independente. São Paulo, Agosto de 1960.
- Ação Socialista, N° 9, Liga Socialista Independente. Edição Extra Eleitoral. São Paulo, 1960.
- Frente Operária, n° 2. Partido Operário Revolucionário. São Paulo, dezembro de 1952.
- Frente Operária, n° 4. Partido Operário Revolucionário. São Paulo, 23 de abril de 1953.
- Frente Operária, n° 5. Partido Operário Revolucionário. São Paulo, junho de 1953.
- Frente Operária, n° 6. Partido Operário Revolucionário. São Paulo, julho de 1953.
- Frente Operária, n° 7. Partido Operário Revolucionário. São Paulo, agosto de 1953.
- Frente Operária, n° 8. Partido Operário Revolucionário. São Paulo, setembro de 1953.

- Frente Operária, nº 9. Partido Operário Revolucionário. São Paulo, outubro de 1953.
- Frente Operária, nº 10. Partido Operário Revolucionário. São Paulo, novembro de 1953.
- Frente Operária, nº 14. Partido Operário Revolucionário. São Paulo, Fevereiro de 1955.
- Frente Operária, nº 15. Partido Operário Revolucionário. São Paulo, maio de 1955.
- Frente Operária, nº 16. Partido Operário Revolucionário. São Paulo, Agosto de 1955.
- Frente Operária, nº 17. Partido Operário Revolucionário. São Paulo, setembro de 1955.
- Frente Operária, nº 18. Partido Operário Revolucionário. São Paulo, Maio de 1956.
- Frente Operária, s/n. Partido Operário Revolucionário. São Paulo, outubro de 1957.
- Frente Operária, nº 31. Partido Operário Revolucionário. São Paulo, setembro de 1959.
- Frente Operária, nº 31. Partido Operário Revolucionário. São Paulo, outubro de 1959.
- Frente Operária, nº 33. Partido Operário Revolucionário. São Paulo, dezembro de 1959.
- Frente Operária, nº 35. Partido Operário Revolucionário. São Paulo, janeiro de 1960
- LIGA SOCIALISTA INDEPENDENTE. (1956). *Projeto de Programa e Estatutos da Liga Socialista Independente*. São Paulo.
- PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. (1980). Resolução Política do V Congresso do PCB. In: *PCB: Vinte anos de política. 1958-1979*. Documentos. Coleção Questão Social no Brasil. São Paulo: Ciências Humanas.
- PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. (1954). *Estatutos do Partido Comunista Brasileiro*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/amazonas/1954/11/informe.htm>.
- PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *Resolução política do IV Congresso do PCB*. Disponível em http://www.marxists.org/portugues/tematica/1954/congresso_pcb
- PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. (1980). *Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil*. In *PCB: Vinte anos de política. 1958-1979*. Documentos. Coleção Questão Social no Brasil. São Paulo: Ciências Humanas.